

# Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A.

CNPJ nº 65.882.680/0001-60

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Finais em 31 de Março 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto resultado líquido por ação em reais)

Ativo	Notas	Balancos patrimoniais			
		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	78.067	37.994	78.078	38.191
Contas a receber	4	16.435	20.091	18.067	20.091
Estoque	5	45.039	34.109	63.849	56.374
Impostos a recuperar	6	23.292	22.960	25.079	24.417
Ativos biológicos	7	-	-	27.839	5.520
Partes relacionadas	10	51.975	-	580	-
Instrumentos financeiros	22.2	9.204	3.654	9.204	3.654
Outros ativos	16	1.672	1.621	1.804	1.797
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>225.684</b>	<b>120.429</b>	<b>224.500</b>	<b>150.044</b>
<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	10	-	39.042	-	291
Depósitos judiciais	6	321	318	531	454
Impostos a recuperar	6	8.984	3.948	9.113	4.077
Investimentos	8	1.966	-	-	-
Imobilizado	11	67.901	60.226	71.839	65.340
Ativo de direito de uso - arrendamento mercantil	16	33	1.463	192	1.623
Intangível		66	60	1.157	60
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>79.271</b>	<b>105.057</b>	<b>82.832</b>	<b>71.845</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>304.955</b>	<b>225.486</b>	<b>307.332</b>	<b>221.889</b>

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Balancos patrimoniais			
		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	101.197	89.476	101.197	89.476
Fornecedores	13	84.726	27.668	86.801	28.781
Passivo de arrendamento	16	55	1.118	142	1.252
Partes relacionadas	10	16.211	20.880	16.211	20.880
Saliários e encargos sociais	14	4.127	5.049	4.606	5.488
Impostos e contribuições	15	2.907	4.097	2.914	4.100
Outras contas a pagar		6.530	5.596	6.035	5.002
Total do passivo circulante		<b>215.753</b>	<b>153.844</b>	<b>217.906</b>	<b>154.979</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	87.709	81.099	87.709	81.099
Passivo de arrendamento	16	-	431	58	469
Provisão para passivo descoberto	8	-	4.943	-	-
Provisão para demandas judiciais	17	531	712	697	885
Total do passivo não circulante		<b>88.240</b>	<b>87.185</b>	<b>88.464</b>	<b>82.453</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	18.1	578.270	578.270	578.270	578.270
Outros resultados abrangentes		11.158	-	11.158	-
Prejuízos acumulados		(588.466)	(593.813)	(588.466)	(593.813)
Total do patrimônio líquido		<b>962</b>	<b>(15.433)</b>	<b>962</b>	<b>(15.433)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>304.955</b>	<b>225.486</b>	<b>307.332</b>	<b>221.889</b>

Ativo	Notas	Balancos patrimoniais			
		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	78.067	37.994	78.078	38.191
Contas a receber	4	16.435	20.091	18.067	20.091
Estoque	5	45.039	34.109	63.849	56.374
Impostos a recuperar	6	23.292	22.960	25.079	24.417
Ativos biológicos	7	-	-	27.839	5.520
Partes relacionadas	10	51.975	-	580	-
Instrumentos financeiros	22.2	9.204	3.654	9.204	3.654
Outros ativos	16	1.672	1.621	1.804	1.797
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>225.684</b>	<b>120.429</b>	<b>224.500</b>	<b>150.044</b>
<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	10	-	39.042	-	291
Depósitos judiciais	6	321	318	531	454
Impostos a recuperar	6	8.984	3.948	9.113	4.077
Investimentos	8	1.966	-	-	-
Imobilizado	11	67.901	60.226	71.839	65.340
Ativo de direito de uso - arrendamento mercantil	16	33	1.463	192	1.623
Intangível		66	60	1.157	60
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>79.271</b>	<b>105.057</b>	<b>82.832</b>	<b>71.845</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>304.955</b>	<b>225.486</b>	<b>307.332</b>	<b>221.889</b>

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2020	578.270	-	(372.035)	206.235
Prejuízo do exercício	-	-	(221.778)	(221.778)
Saldos em 31 de março de 2021	578.270	-	(593.813)	(15.543)
Resultado de hedge de fluxo de caixa	-	11.158	-	11.158
Lucro do exercício	-	-	5.347	5.347
Saldos em 31 de março de 2022	578.270	11.158	(588.466)	962

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### 1. Contexto operacional: A Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A. ("Companhia" ou "Tereos Amido"), com sede no município de Palmital, estado de São Paulo, tem por objetivo a industrialização e comercialização de amido, xarope de glicose e derivados, provenientes do processamento de milho e da raiz de mandioca. Os produtos são utilizados na fabricação de balas, confeitos, bebidas, embulidos, panificação e muitos outros alimentos, além de serem aplicados em cosméticos, nutrição animal, química verde, papel e papéis ondulados. Atualmente, a capacidade instalada de moagem é de 109.000 toneladas/ano de raiz de mandioca e de 205.000 toneladas/ano de milho. Desde sua entrada no negócio de Amido e Adoçantes no Brasil em 2011, a Tereos vem realizando investimentos na área operacional aumentando capacidade industrial e também para atendimento às exigentes normas de segurança e higiene dos setores alimentício, bebidas, industrial, nutrição animal, além de cuidados pessoais. A Companhia é certificada com os selos FSSC 22000, KOSHER, HALAL, SMETA, FDA e ISO 9001, que comprovam o alto controle de qualidade e contribuem para que a unidade seja considerada uma das melhores empresas que produzem amidos de milho e féculas de mandioca nativas e modificadas, xaropes de glicose e alto maltose. Foram realizados também investimentos no campo, criando em 2014 a sua controladora Tereos Amido e Adoçantes Agricultura para o cultivo de mandioca. Atualmente com uma produção própria de 37% da sua moagem. Em 2021, os resultados da Companhia tiveram um aumento na Receita Líquida de 72% comparado com o ano anterior, em função do aumento dos preços do milho e mandioca no mercado spot, e do aumento de volume. Essas melhorias vieram da estratégia comercial, redução de custo de matéria-prima, aumento de volume de vendas e aumento de eficiência no processo atual. Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus COVID-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e empresas do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da COVID-19 efetivamente provocaram. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e controlar a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Durante a crise, a Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e da sua controlada, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Administração criou o Comitê de Gestão de Crise, para garantir a segurança dos funcionários, prestadores de serviços e dos clientes atendidos. A Companhia implementou as seguintes medidas a partir do primeiro semestre de 2020: • Implementação de um comitê de Gestão de Crise; • Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus; • Suspensão de viagens, treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores; • Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia; • Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais; • Para os colaboradores que voltaram ao trabalho no sistema híbrido, foram disponibilizadas máscaras e álcool em gel, além da gestão de vacinação contra a COVID-19; • A Secretaria da Saúde de Palmital, esteve presente na Unidade realizando a aplicação da 3ª dose, com 100% de pessoas vacinadas; • O Grupo está tomando medidas para garantir a segurança de seus funcionários e continuar atendendo às necessidades de seus clientes nesse cenário. A Companhia não identificou consequências em suas demonstrações financeiras e consolidadas para o exercício de 2022, e para o exercício de 2021, em decorrência da geração de caixa positiva, principalmente, devido ao alongamento do prazo de pagamento de fornecedores. Apresenta uma posição de patrimônio líquido de R\$ 962 (R\$ 15.543 em março de 2021). Essa evolução é resultado de lucro do exercício vinculado a melhores margens, aumento do volume vendido e evolução dos instrumentos financeiros derivativos, visando estabilidade do resultado futuro. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Para atender às disposições societárias (CPC 26 (R1)), a Companhia apresentou a demonstração do resultado abrangente como parte de suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia não considerou as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 07, emitida em novembro de 2019 na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas para emissão pela sua Administração, em 11 de agosto de 2022, e serão submetidas à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária a ser realizada em 2022. Estimativas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e a sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para débitos duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas administrativas e judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 2.2. Base de consolidação: A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de março de 2022. O controle obteve quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida ou direitos a retornos variáveis decorrentes do envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que a maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contábil entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos ao investidor ou ao controlado em proporção ao nível de participação. O valor de isso resulta em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa da mesma Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Tereos Amido e Adoçantes Agricultura Ltda. (nova entidade da Companhia, me S/A, Agrícola Ltda.), a qual possui participação de 99,99% em 31 de março de 2022 e 2021. a) Transações com participações de não controladores: A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Participação de não controladores". b) Perda de controle em controladas: Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. 2.3. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pelas taxas de câmbio oficiais na data de balanço. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais com base nos índices contratuais aplicáveis. Os ganhos e perdas cambiais e os resultados de atualização monetária são registrados como receitas ou despesas financeiras. Itens não monetários mensurados ao custo histórico são convertidos com base na taxa da data da operação que os originou. Todas as diferenças cambiais observadas afetam o resultado do exercício. 2.4. Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou liquidáveis dentro dos 12 meses seguintes após a data do balanço ou que sejam mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados, incluindo transações com partes relacionadas no curso normal dos negócios. Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança, com exceção dos valores de programação cujos saldos são movimentados em contas patrimoniais sem benefício para a Companhia. Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mensurados com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou fins fixos. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente priorizado, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da

### 2.7. Instrumentos financeiros - mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: a) Passivos financeiros ao custo amortizado e b) Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da natureza dos fluxos de caixa contratuais e da forma de pagamento. Passivos financeiros ao custo amortizado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embudidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Sociedade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraições, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos respectivos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: As relações de hedge de fluxo de caixa das operações de NDFs (non-deliverable forward) futuras altamente prováveis são consideradas como relações de proteções contínuas e se qualificam para contabilização de hedge. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de NDFs (non-deliverable forward) para fornecer proteção para o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o instrumento é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. São apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, com exceção dos instrumentos designados como hedge accounting, como por exemplo cash flow hedge, que é reconhecido diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. O valor justo de instrumentos financeiros que não se enquadram como hedge accounting são reconhecidos no resultado do exercício, no caso dos instrumentos relacionados a transações operacionais nas rubricas operacionais (por exemplo: receita, custo, despesas) e no caso de instrumentos ligados a operações financeiras, são reconhecidos no resultado financeiro. Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações: (i) hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuído a um risco particular e possa

### 2.8. Instrumentos financeiros - mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: a) Passivos financeiros ao custo amortizado e b) Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da natureza dos fluxos de caixa contratuais e da forma de pagamento. Passivos financeiros ao custo amortizado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embudidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Sociedade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraições, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos respectivos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: As relações de hedge de fluxo de caixa das operações de NDFs (non-deliverable forward) futuras altamente prováveis são consideradas como relações de proteções contínuas e se qualificam para contabilização de hedge. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de NDFs (non-deliverable forward) para fornecer proteção para o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o instrumento é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. São apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, com exceção dos instrumentos designados como hedge accounting, como por exemplo cash flow hedge, que é reconhecido diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. O valor justo de instrumentos financeiros que não se enquadram como hedge accounting são reconhecidos no resultado do exercício, no caso dos instrumentos relacionados a transações operacionais nas rubricas operacionais (por exemplo: receita, custo, despesas) e no caso de instrumentos ligados a operações financeiras, são reconhecidos no resultado financeiro. Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações: (i) hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuído a um risco particular e possa

### 2.9. Instrumentos financeiros - mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: a) Passivos financeiros ao custo amortizado e b) Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da natureza dos fluxos de caixa contratuais e da forma de pagamento. Passivos financeiros ao custo amortizado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embudidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Sociedade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraições, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos respectivos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: As relações de hedge de fluxo de caixa das operações de NDFs (non-deliverable forward) futuras altamente prováveis são consideradas como relações de proteções contínuas e se qualificam para contabilização de hedge. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de NDFs (non-deliverable forward) para fornecer proteção para o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o instrumento é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. São apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, com exceção dos instrumentos designados como hedge accounting, como por exemplo cash flow hedge

continuação **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A.**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
manutenção e reparos são registrados em contas de despesas, quando incorridos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. <b>2.13. Intangível:</b> Avaliado ao custo histórico de aquisição, representado por direito de uso de software e amortizado de acordo com a vida útil estimada do item, estimado em cinco anos. <b>2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):</b> A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido <i>impairment</i> , são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do <i>impairment</i> na data de apresentação do relatório. <b>2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:</b> Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. <b>2.16. Provisões:</b> As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquido de qualquer reembolso. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. <b>2.17. Custo dos empréstimos:</b> Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo de captação no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos obtidos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ( <i>pro rata temporis</i> ), deduzidos dos custos de captação com base nas variações monetárias e cambiais, quando aplicável. <b>2.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:</b> Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. <b>Estimativas e premissas:</b> As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: <b>Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:</b> Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. <b>Impostos:</b> Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. <b>Valor justo de instrumentos financeiros:</b> Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. <b>Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:</b> A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. <b>Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:</b> A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) e informações, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. <b>2.23. Normas e interpretações obrigatórias após 1º de janeiro de 2021:</b> As seguintes normas e interpretações e normas revisadas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 e não têm impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Companhia:				

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	23.349	16.460	24.835	17.639
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	2.207	1.676	2.483	1.931
Programa de integração social (PIS)	471	342	541	410
Outros - PIS e COFINS	5.680	7.960	5.680	7.960
Outros impostos a recuperar	569	470	653	554
Total	32.276	26.908	34.192	28.494
Circulante	23.292	22.960	25.079	24.417
Não circulante	8.984	3.948	9.113	4.077
	32.276	26.908	34.192	28.494

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferença temporária	181.152	166.283	185.563	171.781
Provisão para realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferença temporária	(181.152)	(166.283)	(185.563)	(171.781)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias não foi reconhecido no ativo, com base na avaliação feita pela Administração, e será registrado apenas se o houver a realização efetiva, tendo em vista a falta de histórico e perspectiva de lucratividade tributária. Anualmente, a Companhia faz a avaliação de recuperabilidade desses créditos tributários. <b>9.2. Imposto de renda e contribuição social corrente:</b> A composição do resultado de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021 e sua conciliação entre a alíquota nominal e efetiva estão demonstradas a seguir:				

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	5.347	(221.778)	5.347	(221.778)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.818)	75.405	(1.818)	75.405

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.178	2.005
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.178	2.005

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.220	3.498
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.220	3.498

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.220	3.498
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.220	3.498

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.220	3.498
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.220	3.498

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.220	3.498
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.220	3.498

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.220	3.498
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.220	3.498

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.220	3.498
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.220	3.498

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.220	3.498
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.220	3.498

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Terrenos	1.224	-	112.220	3.498
Edifícios, instalações e benfeitorias	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Total	1.224	-	112.220	3.498

☆ continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>19. Receita líquida:</b>				
Mercado interno	477.044	263.381	478.676	267.600
Mercado externo	17.827	20.348	17.827	20.348
Deduções e impostos sobre a venda	(73.949)	(44.171)	(73.956)	(44.210)
<b>Receita líquida</b>	<b>420.922</b>	<b>239.558</b>	<b>422.547</b>	<b>243.738</b>

Receita líquida obtida na comercialização dos produtos e coprodutos à base de milho e mandioca.

**20. Custos e despesas por natureza:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Despesas por natureza</b>				
Insumos para produção	(299.524)	(141.453)	(284.452)	(140.287)
Mão de obra e encargos	(25.986)	(26.373)	(28.998)	(29.844)
Depreciação do imobilizado e amortização de intangível	(5.262)	(18.766)	(6.377)	(20.120)
Impairment do imobilizado e intangível	-	(186.686)	-	(186.686)
Energia elétrica, bagaço e lenha	(26.536)	(16.794)	(28.767)	(17.261)
Manutenção	(5.795)	(4.190)	(6.989)	(5.310)
Fretes e aduaneiras	(18.078)	(14.856)	(19.375)	(15.171)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(9.517)	(11.543)	(9.995)	(12.035)
Outras despesas, líquidas	(9.101)	(16.859)	(9.539)	(20.626)
Total de despesas	(399.799)	(437.520)	(394.492)	(447.340)
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(340.909)	(209.196)	(333.900)	(207.627)
Com vendas	(27.415)	(19.840)	(29.151)	(20.417)
Provisão para impairment	-	(186.047)	-	(186.047)
Gerais e administrativas	(31.432)	(34.207)	(32.819)	(46.420)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(43)	11.770	1.378	13.171
Total	(399.799)	(437.520)	(394.492)	(447.340)

**21. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(24.431)	(13.769)	(24.441)	(13.776)
Variação cambial	(6.767)	(3.134)	(6.767)	(3.134)
Outras despesas financeiras	(718)	(1.472)	(731)	(1.526)
Total	(31.916)	(18.375)	(31.939)	(18.436)

**Receitas financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimento sobre aplicações financeiras	907	93	907	93
Variação cambial	8.315	165	8.315	165
Outras receitas financeiras	9	2	9	2
Total	9.231	260	9.231	260
Total	(22.685)	(18.115)	(22.708)	(18.176)

**22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco:** **22.1. Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações, os quais são equalizados e administrados por meio de determinados instrumentos financeiros: • Risco de taxa de juros; • Risco de preço; • Risco de taxa de câmbio; • Risco de crédito; • Risco de liquidez. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. **22.2. Estrutura do gerenciamento de riscos:** A Companhia possui políticas específicas de tesouraria que definem um direcionamento para gerenciamento de riscos, nunca operando com derivativos além do notional total do ativo ou passivo adjacente. Para monitoramento das atividades e asseguarção do cumprimento das políticas, a Companhia possui o Comitê de riscos que se reúne semanalmente para analisar o comportamento do mercado de câmbio com o objetivo de deliberar sobre as posições de cobertura e estratégias de endividamento, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças na taxa de câmbio. A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade da taxa de câmbio; e (ii) a volatilidade das taxas de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco para os quais a Administração busca cobertura. Em 31 de março de 2022 e 2021, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção mensurados por meio de fatores observáveis, como fluxos de caixa descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Controladora e consolidado			
	Notional		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021
	USD	USD	R\$	R\$
<b>Risco de taxa de câmbio</b>				
Derivativo de taxa de câmbio				
NDF	12.000	-	9.204	-
Swap (chamada de margem)	-	-	-	3.654
Total	12.000	-	9.204	3.654
Ativo circulante			9.204	3.654
Total			9.204	3.654

**22.3. Gestão de capital:** A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos,

bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. **22.4. Instrumentos financeiros:** Em 31 de março de 2022, os instrumentos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e transações com partes relacionadas. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos balanços patrimoniais findos naquelas datas aproximam-se ao valor de mercado e estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos das variações cambiais e dos juros atualizados até a data do balanço.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	78.067	37.994	78.078	38.191
Contas a receber	16.435	20.091	18.067	20.091
Instrumentos financeiros	9.204	3.654	9.204	3.654
Outros ativos circulantes	1.672	1.621	1.804	1.797
Contas a receber com partes relacionadas	51.975	39.042	580	291
Total	157.353	102.402	107.733	64.024
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	188.906	170.575	188.906	170.575
Fornecedores	84.726	27.668	86.801	28.781
Partes relacionadas	16.211	20.880	16.211	20.880
Arrendamento a pagar	55	1.549	200	1.721
Outras contas a pagar circulante	6.530	5.556	6.035	5.002
Total	296.428	226.228	298.153	226.952

**22.5. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de proteger os passivos financeiros da Companhia contra riscos cambiais e de oscilações das taxas de juros em moeda estrangeira, assim como os riscos de mudança de valor de commodity. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia optou pela utilização da contabilidade de hedge (hedge accounting) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos classificando-os como hedge fluxo de caixa. O hedge da Companhia é efetuado por meio de contratos de NDFs (non-deliverable forward) para fornecer proteção para o risco de variação das taxas de câmbio das exportações e dos instrumentos de dívida reconhecidos em dólares norte-americanos (USD) e Euro, respectivamente. Em particular, para fins de hedge contra o risco de preços de commodities, a Companhia adquiriu contratos de commodities a termo. A commodity negociada é o milho. Os derivativos são designados como hedge de fluxo de caixa. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Ativos financeiros incluem recebíveis comerciais e outros recebíveis, além de caixa e seus equivalentes. Passivos financeiros incluem empréstimos com juros, quantia devida a partes relacionadas e contas comerciais a pagar e outras contas a pagar. O valor justo de um instrumento financeiro é definido como a quantia pela qual um instrumento pode ser trocado em uma transação atual entre partes dispostas, sem ser uma venda forçada ou de liquidação. Os valores usados dos ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão próximos de seus valores justos, em função da natureza e características das operações da Companhia. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). O nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado da Companhia apresentados em 31 de março de 2022 e 2021, estão descritos na Nota 22.4.

**Efeitos do hedge accounting:** A Companhia designa formalmente suas operações sujeitas a hedge accounting com objetivo de proteção de fluxos de caixa. Os principais hedges designados são os de receitas de exportação de amido e os de dívidas em moedas estrangeira. Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização do resultado estão demonstrados a seguir:

Derivativo	Mercado		Risco		Realização estimada até 31/03/2023
	Exportação	Câmbio	Exportação	Câmbio	
Hedge		Dívida		Câmbio	1.954
Efeito no patrimônio líquido					11.150
Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos consolidados em outros resultados abrangentes durante o exercício: <i>Hedge de fluxo de caixa:</i>					2022
Saldo no início do exercício:					-
Movimentação ocorrida no exercício:					
Valor justo de termo de câmbio designado como hedge accounting (exportação)					9.204
Valor justo de termo de câmbio designado como hedge accounting (dívida)					1.954
Total das movimentações ocorridas no exercício					11.158
Saldo final do exercício					11.158

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas e Administradores da Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A. - Palmital - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela

avaliação de a capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo

**22.6. Risco de taxa de juros:** A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a determinadas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao Libor, e utiliza-se, quando necessário, dos instrumentos derivativos com o objetivo de gerenciar esses riscos. Em 31 de março de 2022 não existe operações de derivativos vinculadas a risco de taxa de juros. **22.7. Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados, basicamente amido. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas e custos. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente o mercado, buscando antecipar-se a movimentos de preços. No exercício findo em 31 de março de 2022, não utilizou instrumentos financeiros de proteção a este risco. **22.8. Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio utilizadas para a receita de exportações e fluxos de dívida em moeda estrangeira. A Companhia utiliza operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa denominados em dólares norte-americanos, líquido dos demais fluxos do caixa e equivalentes de caixa.

**Comprado/**

Derivativos	Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Notional USD	Valor justo R\$
Termo		OTC	NDF	abr/22 a mar/23	12.000	9.204

Em 31 de março de 2022, o resumo consolidado dos dados quantitativos sobre a exposição cambial líquida da Companhia, considerando a paridade de todas as moedas para USD ou Euro, está apresentado abaixo:

Partes relacionadas - contas a pagar

	Moeda	Notional	R\$
Partes relacionadas - mútuo	Euro	1.222	7.724
	Dólar	5.000	23.771

**22.9. Risco de crédito:** Surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores a receber de seus clientes. Para mitigar esse risco, a Companhia mantém monitoramento contínuo da situação financeira desses clientes, incluindo a análise periódica da concessão de crédito e cumprimento dos prazos acordados para recebimento. **22.10. Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que avalia necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O passivo de longo prazo é representado pelos empréstimos e financiamentos demonstrados na Nota 12. **22.11. Análise de sensibilidade:** **Risco de variação cambial:** A análise é feita considerando os movimentos das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira. É o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado em diferentes cenários. Para fins de análise de sensibilidade, foi adotada como variação provável a taxa de euro em 31 de março de 2022 de R\$5,25, de acordo com o orçamento e a previsão da Administração para 2022 frente às perspectivas mais conservadoras das divulgações do Banco Central. O cenário possível considera uma variação de 25% em virtude da variação do valor do Euro em relação ao Real nos períodos mais recentes, e, por último, a situação remota é de 50% considerando os cenários de pico da oscilação do Real frente ao USD e Euro nos últimos anos.

Descrição em moeda estrangeira	Valor de referência R\$	Variação possível		Variação remota	
		-25%	25%	-50%	50%

Passivo					
Partes relacionadas - contas a pagar(euro)	7.724	5.793	9.655	3.862	11.586
Partes relacionadas - mútuo (USD)	23.771	17.828	29.714	11.886	35.657
<b>Risco de taxa de juros</b>					

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado relacionados à variação do CDI relativos a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 31 de março de 2022, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando aumento de 25% e 50% e uma redução de 25% e 50% na taxa de juros esperada sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras e mútuos a receber:

	Variação possível		Variação remota		
	Base provável	-25%	25%	-50%	50%
CDI	6,24%	4,68%	7,80%	3,12%	9,36%
Caixa e equivalentes (aplicações financeiras)	75.859	4.734	3.550	5.917	2.367
Empréstimos e financiamentos	(165.135)	(10.304)	(7.728)	(12.881)	(5.152)
Instrumentos financeiros derivativos	9.204	574	431	718	287
Total	(80.072)	(4.996)	(3.747)	(6.246)	(2.498)

**23. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de alinhar e delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerando suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Risco	Cobertura
Equipamentos agrícolas (roubo, furto, RC, danos elétricos, salvamento)	2.986
Danos materiais	266.117
Lucros cessantes	14.249
Responsabilidade civil	6.773
Danos morais	6.773
Guarda de veículos	6.773

Diretoria	
Kwami Samora Alfama Correia	
Contador	
Carlos André de Oliveira - CRC SP 158866/O-7	

de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 11 de agosto de 2022

**ERNST & YOUNG**  
Audidores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6  
Wagner dos Santos Junior  
Contador - CRC-1SP216386/O-T

